

Processo n°: 202306000420910

Nome / Interessado: DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Assunto: REQUERIMENTO DE CURSO EXTERNO - COM

CONTRATAÇÃO

DESPACHO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado com o objetivo de autorizar a contratação de curso externo, formulado pelos servidores(as) Agnaldo Moreira da Silva (matrícula 5132576), Frederico Silvério Duarte (matrícula 5132541), Gabriel da Costa Ferro (matrícula 5200131), Leonardo Jacob de Lima (matrícula 5132541), Marcus Vinícius Gonzaga Ferreira (matrícula 5118190), Priscilla Elizabeth Pereira Batista (matrícula 5210403), lotados(as) na Divisão de Suporte a Serviços de TI - Diretoria de TI, para participação no "MS5342 - Suporte e Solução de problemas do Windows 11", que será realizado nos dias 3 a 6 de outubro de 2023, na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, com carga horária de 32 horas, promovido pela instituição Sisnema Soluções Tecnológicas em Informática Ltda – CNPJ 93.317.410/0001-41.

Instruem os autos o Requerimento do Curso (evento 1), o Conteúdo Programático e Proposta Comercial (evento 2), Termo de Compromisso (evento 3), Justificativa de Preços (evento 4 a 6), Estudo Técnico Preliminar (evento 7), Certidões de Regularidade (eventos 8 a 14), Termo de Compromisso (evento 15 a 19).

Após, o Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, Juiz Auxiliar desta Presidência, emitiu o Parecer nº 1763/2023 (evento 22):

[...] Em cumprimento ao despacho proferido por Vossa Excelência, aferi pessoalmente junto à Divisão de Suporte a Serviços de TI que o "Curso MS5342 Suporte e Solução de problemas do Windows 11" pretende capacitar a equipe que realiza atendimentos aos usuários internos do Tribunal de Justiça

do Estado de Goiás.

O escopo principal é proporcionar o conhecimento e as habilidades necessárias para dar suporte e solucionar problemas de computadores e dispositivos Windows 11 em um ambiente on-line de domínio do Windows Server Active Directory local.

Destaco que as máquinas dos gabinetes dos novos desembargadores, que tomarão posse ainda neste mês de agosto, bem como todo o parque computacional do Fórum Cível da Capital, já estão todos atualizado com a nova versão do Windows 11.

Então o curso pretendido é essencial para proporcionar a manutenção do parque computacional do Tribunal atualizado com o sistema operacional em sua última versão mais estável e segura.

Acrescento que a versão indicada foi lançada em 05.10.2021 e que os técnicos estão habituados a problemas convencionais.

Todavia, há problemas não esperados que exigem da área técnica um aprofundamento detalhado no Sistema Operacional.

Diante disso, salvo melhor juízo, a demanda apresentada atende aos requisitos da matriz GUT de auxílio na priorização da resolução de problemas relativos à atividade-fim (do Poder Judiciário) e que tem sido aplicada na gestão de TIC deste Tribunal.

E isso, Senhor Presidente, porque para a contratação da solução apresentada é preciso que sejam analisadas qualitativamente a Gravidade, a Urgência e a Tendência da solicitação.

A gravidade representando o impacto do problema para os envolvidos, a urgência referindo-se ao fator tempo (se é necessária uma intervenção imediata ou se a solução pode esperar) e a tendência referente à probabilidade do problema crescer rapidamente ou lentamente com o passar do tempo.

Trata-se, portanto, de tema relevante para a gestão.

Então, nesse primeiro exame, me parece razoável dar seguimento ao trâmite jurídico de eventual contratação do curso MS5342 - Suporte e Solução de problemas do Windows 11.

Assim, salvo melhor juízo de Vossa Excelência, entendo que a demanda destes

autos deve ter seu seguimento para análise jurídica e financeira da Diretoria-Geral do TJGO, com oitiva eventual da Diretoria Financeira do Tribunal.

Posto isso, (a) encaminho o PROAD ao crivo de Vossa Excelência para ciência deste imprescindível investimento tecnológico e (b) SUGIRO a priorização da relevante contratação do curso MS5342 - Suporte e Solução de problemas do Windows 11 pela Administração Judiciária, condicionada naturalmente à análise de legalidade da contratação e de disponibilidade orçamentária pela Diretoria-Geral do Tribunal, bem como de eventual entrave superveniente indicado pela alta administração.

Em caso de acatamento deste parecer, (c) SUGIRO o envio dos autos à análise da Diretoria-Geral do Tribunal para a segunda etapa do fluxo.

Submeto esse parecer, respeitosamente, ao crivo do Presidente. [...]

Acolho o Parecer nº 1763/2023 (evento 22), com fundamento no artigo 50, § 1º, da Lei nº 13.800/2001, **dou-me por ciente** do presente investimento tecnológico, bem como **determino** a remessa dos presentes autos à Diretoria-Geral para análise da legalidade da contratação e da disponibilidade orçamentária-financeira.

À Secretaria Executiva para providenciar.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Desembargador CARLOS ALBERTO FRANÇA
Presidente

//AssAdM15

$ASSINATURA(S)\; ELETR\^ONICA(S)$

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 721279390967 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Nº Processo PROAD: 202306000420910 (Evento nº 23)

CARLOS ALBERTO FRANÇA PRESIDENTE PRESIDENCIA Assinatura CONFIRMADA em 16/08/2023 às 00:17

